

## Missão de conscientização

agentes e camponeses em experiências comunitárias

Lígia Dabul

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DABUL, L. Missão de conscientização: agentes e camponeses em experiências comunitárias. In: ESTERCI, N., org. *Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp. 64-87. ISBN: 978-85-99662-62-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# MISSÃO DE CONSCIENTIZAÇÃO: AGENTES E CAMPONESES EM EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS<sup>34</sup>

Lígia Dabul

Nesse artigo gostaríamos de discutir e levantar questões sobre as relações estabelecidas pela Igreja Católica com as classes populares no âmbito dos trabalhos com propostas políticas que ela desenvolve.

É apontado, com frequência, por cientistas sociais, pela imprensa e por membros do clero, o papel político desempenhado pela Igreja Católica no Brasil após o golpe de 1964. Além das insistentes denúncias das condições injustas de vida e trabalho das classes populares e da solidariedade efetiva levada a cabo através do apoio logístico e da mobilização de seus quadros, é normalmente reconhecido o fato de muitas vezes a Igreja Católica ter constituído espaços democráticos de participação popular, nos quais o povo se organiza e se expressa e é mantida a autonomia do movimento popular.<sup>35</sup>

Ao setor da Igreja Católica que se propõe criar esses espaços, costuma-se denominar Pastoral Popular por sua ação ser, ao mesmo tempo, um trabalho pastoral - evangelizador e institucional - e dirigido para as classes populares e para a mudança de sua posição na estrutura social. Oficialmente, a Igreja na América Latina vem expressando a "opção preferencial pelos pobres" assumida pelo CELAM na Conferência de Medellín, em 1968, e reafirmada na de Puebla, em 1979. No Brasil, os documentos da CNBB também atestam esse posicionamento. A nível da produção teológica, já se afirmou a Teologia da Libertação, que tem incorporado ao seu instrumental teológico de análise da realidade conceitos trazidos das ciências sociais e propõe explicitamente transformações da realidade social. E essas orientações pastorais oficiais, bem como as formulações da Teologia da Libertação, constituem referenciais ideológicos legitimadores das práticas dos membros da Igreja que com elas se identificam.

Sendo as propostas da Pastoral Popular referidas tanto a objetivos político-pedagógicos quanto àqueles relativos às funções institucionais próprias da Igreja Católica, centraremos nossa reflexão nas implicações dessa adequação de objetivos na atualização das propostas encaminhadas

---

<sup>34</sup> Este trabalho é uma versão modificada do relatório final, de fevereiro de 1983, da pesquisa orientada por Neide Esterici e financiada pelo CNPq, "Fé e política: uma questão da Igreja Católica no Brasil hoje". Agradecemos a Jorge Romano a leitura crítica dos originais.

<sup>35</sup> Cf. L. E. W. Wanderley, "Comunidades eclesiais de base e educação popular", in Proposta, n.º 17 (junho de 1981).

pela Pastoral Popular. Especialmente, estaremos enfocando a ingerência dessa adequação nas avaliações dos agentes da Pastoral Popular sobre sua prática junto às camadas populares, e mesmo nas formas como as percebem e como com elas se relacionam.

Com o objetivo de promover e estimular a organização popular, e também de superar problemas de ordem econômica, muitas vezes são propostas pelos agentes da Pastoral Popular ações comunitárias, sobretudo na área rural. Em julho de 1981 participamos do "Encontro sobre Coletivização", organizado e promovido pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI, no qual estiveram presentes quatro padres, quatro "agentes leigos" e seis camponeses participantes de experiências comunitárias, especialmente de roças comunitárias.<sup>36</sup> Nesse Encontro foram feitos relatos descritivos e avaliações das ações comunitárias propostas pela Pastoral Popular e levadas a cabo por seus agentes no campo. Seleccionamos o depoimento de três agentes padres e de dois agentes camponeses por terem mais se detido nas questões que pretendemos discutir. Ao todo, perfazem quatro experiências: duas relatadas por agentes padres; uma relatada por um agente padre e um agente camponês; e uma relatada por um agente camponês. Três experiências são de roça comunitária, duas delas já acabadas e uma então em fase de preparação; e a outra, uma experiência de trator comunitário, em andamento.

Este trabalho está dividido em quatro partes:

- Na primeira parte, faremos um breve resumo dos quatro casos, a partir do que foi relatado no Encontro.

- Na segunda parte, será avaliada a participação dos camponeses envolvidos nas experiências, a partir dos acertos e encaminhamentos decorrentes das propostas da Pastoral Popular nos quatro casos. Baseando-nos nas informações fornecidas pelos agentes, pretendemos discutir o grau de correspondência entre a intenção e valorização da participação popular nas ações comunitárias, e a participação efetiva dos camponeses nelas envolvidos.

- Na terceira parte, abordaremos os objetivos político-pedagógicos que norteiam as propostas de ação comunitária dos agentes padres e dos agentes camponeses, privilegiando aqueles que concorrem de forma mais generalizada para a idealização da ação comunitária. A sondagem dos referenciais que fundamentam essa idealização contribui para a percepção do papel que os agentes atribuem a si próprios na condução das experiências e da relação que estabelecem com os outros camponeses participantes.

- Na quarta parte, analisaremos a posição ocupada pelos agentes camponeses na relação que

---

<sup>36</sup> A organização do Encontro esteve a cargo de Neide Esterci (coordenadora), Lígia Dabul e Rubem F. Thomaz de Almeida. A publicação dos relatos, dos resultados e análises sobre o Encontro, sob o título de "Roças comunitárias e outras experiências de coletivização no campo", foi elaborada por Neide Esterci, Lígia Dabul e Rafael Soares, da

a Pastoral Popular, nas ações comunitárias, mantém com os outros camponeses, e discutiremos a questão da diferenciação de seus agentes.

## 1. OS CASOS DE AÇÃO COMUNITÁRIA

### Caso 1 - Roça Comunitária em Goiás

Esta experiência começou em 1970 e durou seis anos, no decorrer dos quais nela estiveram envolvidas, de forma diferenciada, cerca de 20 famílias camponesas.

Antes de a Pastoral Popular propor a roça comunitária, chegou-se a pensar na possibilidade de compra de um trator:

Estávamos na dúvida se comprávamos terra ou se um trator. Optamos pela primeira porque o trator achávamos que ia fazer um serviço muito pequeno, sobretudo lá, na nossa área, onde já era latifúndio bem grande e foi aumentando, e as pessoas que tinham roça era na terra de outros. (...) Queríamos com isso colocar lá famílias sem terra na forma de cooperativa. O proprietário era uma entidade jurídica reconhecida legalmente (agente padre).

Avaliada a situação econômica dos camponeses da região, e comprada a terra, a Pastoral Popular propôs a organização da roça comunitária e o empréstimo de dinheiro para as famílias participantes se manterem até a colheita, quando pagariam o devido. O agente camponês entrou na experiência quando ainda vigorava essa proposta, antes da primeira colheita coletiva:

Entrei no lugar de um que saiu no comecinho. (...) Esse companheiro acompanhou esse periodozinho e quando as plantas já estavam grandinhas, não deu certo e saiu, e eu fiquei. Nessa época a entidade só tinha comprado a primeira terrinha. (agente camponês)

Uma segunda proposta que a Pastoral Popular em seguida acertou com os camponeses foi feita para reforçar a permanência das famílias na experiência:

Quando a gente combinou de firmar, ficar firme nesse trabalho, a gente teve um contrato com a entidade e esse contrato era o seguinte: a gente com um prazo de três, quatro anos, se tivesse possibilidade de pagar a terra, então a entidade passaria o documento para aquelas pessoas. (agente camponês).

Logo depois, uma terceira proposta implicava mudança formal desse contrato e na impossibilidade de os camponeses obterem a propriedade daquela terra. E parece ter sido formulada por haverem surgido evidências de que, após se conseguir a propriedade da terra, os camponeses iriam descomprometer-se com o acerto de coletivizar o controle da terra, o trabalho e o produto. E essas tendências à "divisão" do grupo formado, que a nova proposta impediria, para o agente camponês deveriam ser barradas por conta mesmo do formato do terreno, que tornava inoportuna

sua repartição:

A gente estava vendo que eles (os outros camponeses da experiência) estavam interessados em dividir. Agora, como a terra era estreita, mais larguinha no fundo e bastante comprida, então pra dividir ia dar um troço aí de uns sessenta metros por mil de altura. Então a gente foi mudando nas idéias. E aqueles companheiros, a gente estava vendo que não estavam gostando, porque o interesse deles era mesmo de serem donos legítimos da terra, e depois colocar logo uma cerca aí e tal (agente camponês).

Quanto às mudanças no contrato, implicariam mudanças também da relação das famílias camponesas com a entidade, e da própria situação econômica dessas famílias:

Quando a gente mudou, o ideal não era mais comprar, mas a terra ficaria com a entidade, e a gente pagaria dez por cento da produção para ela. Antes, quando estava se seguindo aquela idéia da gente ser dono da terra, tinha o contrato que falava que a gente era dono com o prazo de pagamento. Mas tudo o que a gente foi mudando, já mudou o sentido. Então, tinha que pagar porque a entidade era a dona da terra e precisava de alguma coisa, inclusive por problemas de secas, quando faltava água no poço (agente camponês).

Para justificar a mudança da proposta, o agente padre referiu-se a questões jurídicas e à pouca eficácia de se possuir pequenos lotes naquela região. Não tratou, diferentemente do agente camponês, da questão de ter constituído entrave para o trabalho idealizado, tampouco dos camponeses terem pretendido os lotes individualizados, ou da mudança na forma do pagamento:

Os que iam ser donos da terra não iam ser donos nem meeiros. Era uma forma que juridicamente não dava para ser colocada. Isso já começou acarretando uns problemas de ordem jurídica. (...) A longo prazo, às vezes as famílias iam ser donas da terra, mas seriam lotes muito pequenos, porque lá não compensava mesmo. Havia fazendas de quinhentos mil alqueires ou mais. O que resolveria um lote de quatro, cinco? Além disso, os que tinham estavam perdendo (agente padre).

Outro lote, de dezoito alqueires, contíguo a esse primeiro, foi comprado pela entidade. Nele, outras cinco famílias formaram outro grupo de trabalho. Esse grupo foi constituído a partir do modelo do primeiro, e os participantes recrutados no trabalho da Pastoral Popular:

A gente sempre continuava um trabalhozinho de base, grupos de evangelização por ali. (...) O pessoal estava preocupado com a história daquela experiência, aí muitos chegavam lá e diziam: “Não, preciso entrar aqui. Isso aí é bom demais” (agente camponês).

O projeto acabou por fracassar. Com a venda da terra, o dinheiro foi empregado em outros serviços da paróquia, como a distribuição de remédios e a construção de casas.

## **Caso 2 - Roça Comunitária no Mato Grosso**

Bem antes de propor a roça comunitária, a Pastoral Popular já havia apoiado posseiros na luta pela terra, e desenvolvido projetos econômicos para incentivar a permanência na terra e melhorar as condições de vida da população:

Foi criada lá uma cooperativa (...) que tinha por finalidade sobretudo ajudar o pessoal a produzir um pouco mais e a comercializar o produto, sobretudo para se defender na terra, porque já estava se vendo que a situação não ia ficar fácil (...) O padre que estava lá tentou várias formas de desenvolvimento agrícola: a primeira máquina de beneficiar foi ele que levou, e também o primeiro tratorzinho; abriu estradas pras roças... (agente padre).

Vitoriosa a luta dos posseiros, foram titulados os lotes. E quase metade dos camponeses já tinham vendido seus lotes quando a experiência de roça comunitária, em 1976, começou a ser desenvolvida. Antes, em 1975, o agente padre já estava trabalhando na lavoura:

Tinha a finalidade de procurar me sustentar sem o trabalho da Igreja e também conhecer melhor a vida do povo da roça (agente padre).

Nesse mesmo ano, surgiu a primeira proposta de produção coletiva:

A situação era muito dura. O pessoal trabalhava demais e o resultado era pequeno. Durante o trabalho teve a proposta de que talvez um mutirão bem organizado desse resultado. E o pessoal topou a parada de enfrentar um mutirão desde o começo da roça até o final da colheita. Dez companheiros começaram a roça de um, dois, até acabar todas (agente padre).

Na mesma época, cerca de dezesseis pessoas envolveram-se com uma rocinha comunitária, também proposta pela Pastoral Popular, cujo produto serviria para despesas comunitárias de reuniões, viagens etc.:

O serviço e o produto seriam coletivos. Não teria nenhum proveito individual pra ninguém (agente padre).

Os resultados econômicos, porém, não foram compensadores. Houve mesmo prejuízo, já que se teve de pagar alguns trabalhadores na colheita, porque os da roça comunitária estavam envolvidos com as suas roças particulares. Há indicadores de que as despesas dessa rocinha foram arcadas pela Pastoral Popular.

Em 1976, a Pastoral Popular, com recursos obtidos no exterior, propôs a roça comunitária, da qual participariam camponeses sem terra e pequenos proprietários, que colocariam sua terra em comum sem nada receber por seu uso. Caso algum deles se desligasse da "sociedade", pagar-se-ia os dias trabalhados e os pequenos proprietários reporiam o relativo às benfeitorias feitas em sua propriedade. Ao entrar na experiência o indivíduo receberia recursos emprestados pela Pastoral Popular.

Quando foram convocados para participar, diversos camponeses demonstraram interesse. Mas na hora de começar a experiência, ficaram apenas três pequenos proprietários e um filho de um deles, o agente padre e um agrônomo. O grupo não dava conta do trabalho e foi necessário contratar outros trabalhadores para alguns serviços. Estes trabalhadores também foram convidados a fazer parte da experiência, mas não aceitaram. No final do primeiro ano de trabalho, dois camponeses e o agrônomo já tinham se desligado da experiência e, em seguida, mais um se desligou e entrou outro

elemento. No final de um ano, a produção desse grupo havia sido frustrante.

Foi tentada pela Pastoral Popular a formação de outros dois grupos nos moldes do primeiro. Da mesma forma, apesar do comprometimento de diversos camponeses, as experiências começaram com número reduzido de elementos, que também foram se desligando aos poucos: a primeira começou com dois cunhados que, possuindo lotes contíguos, acabaram individualizando o trabalho; a outra, começou com dois camponeses, e um deles saiu logo em seguida.

### **Caso 3 - Proposta de Roça Comunitária no Rio de Janeiro**

Algumas famílias da localidade estavam ameaçadas por grileiros de perderem suas posses. Um dos camponeses, por intermédio da Igreja, ligou-se a um grupo da Pastoral Popular, que se propôs a orientar os posseiros para a defesa da terra na Justiça. Por sugestão da Pastoral Popular, tentaram encaminhar uma ação de usucapião. Para tanto, procuraram o Sindicato, que argumentou ser muito cara. O agente camponês procurou a Pastoral Popular que se propôs, então, a emprestar dinheiro para as despesas, e a entrar com uma ação de usucapião coletivo. Com ela, a área toda seria obtida coletivamente, sem o estabelecimento de áreas particulares.

A proposta de roça comunitária, feita pela Pastoral Popular em 1980, apareceu nesse contexto de discussão do usucapião coletivo:

Desse assunto de usucapião surgiu o de roça comunitária. Nós estávamos num projeto de arranjar dinheiro no exterior, comprar trator, casa de farinha e caminhão; e dinheiro para sobreviver enquanto fazia a roça. O nosso pensamento lá era o seguinte: começar a roça comunitária, fazer tudo em conjunto, então separar meio hectare para cada casa, que ninguém mexe porque é do dono da casa, e o resto do terreno todinho de roça comunitária (agente camponês).

Houve muita resistência dos camponeses, que levantaram uma série de problemas relativos à proposta: a possibilidade de perda da autonomia nas atividades domésticas, no planejamento econômico familiar, e o fato de alguns poderem vir a trabalhar mais que os outros. Porém, a proposta se manteve, e foi dado um prazo para que os camponeses pudessem se definir. Antes do encerramento do prazo, os camponeses procuraram o agente camponês e afirmaram que aceitariam a proposta. Mas percebeu-se que o interesse era não perder a chance de garantir a terra através do usucapião coletivo financiado pela Pastoral Popular:

... os companheiros disseram: 'Nós voltamos ao que era.' E eu disse: 'Por quê?' Um companheiro disse: 'Porque senão nós não fazemos o usucapião coletivo.' Aí eu disse: 'Mas se é por causa do usucapião, eu não aceito volta, porque aí não vai ter sentido nenhum: vocês vão fazer só com o interesse do usucapião e depois, se vocês cismarem de tirar cada qual do seu pedaço... Depois não vai poder tirar pedaço não! (agente camponês).

Dada a resistência dos camponeses, a Pastoral Popular optou por adiar a obtenção de

recursos, até que os camponeses se interessassem realmente pelo projeto:

Esse projeto estava para sair e eu não sei bem por quem ia ser financiado. Mas como eles tiveram esses problemas... Então nós ficamos em dúvida de pegar esse recurso e, depois do trabalho, eles abrirem. Aí seria um colapso, todo o trabalho perdido. Então nós resolvemos trabalhar mais em cima disso, conscientizar melhor o pessoal pra poder se fazer esse tipo de trabalho (agente camponês).

Mesmo assim, uma outra instituição, também encaminhada pela Pastoral Popular, chegou a ir na área e a interessar-se pela promoção do projeto.

#### **Caso 4 - Movimento do Trator da Comunidade em Goiás**

A proposta de um trator comunitário teria correspondido à necessidade de fixação dos camponeses à terra:

O Movimento surgiu em dois municípios sobretudo porque o latifúndio estava tomando conta de quase toda a região. Apesar disso, nesses municípios havia ainda a predominância dos pequenos proprietários. Nos últimos anos, estavam desaparecendo muitos pequenos proprietários, e os moradores da região se perguntavam: `Como nos defenderemos do latifúndio? (agente padre)

Uma outra razão apresentada que teria informado a proposta do trator comunitário foi o preço muito elevado da aração com trator particular, e a baixa produtividade da aração com bois ou com instrumentos simples.

Mas a avaliação dos que trabalhavam com a Pastoral Popular sobre a evasão dos pequenos proprietários referia-se também ao próprio trabalho da Pastoral junto ao campesinato:

Do ponto de vista dos líderes das comunidades que estavam começando a organizar o povo, era um problema. Os pequenos proprietários, por falta de condições, tinham que vender a terra e ir embora. As comunidades, então, ficavam sem algumas pessoas importantes no trabalho de organização (agente padre).

O Movimento do Trator foi organizado em quatro áreas a partir do estímulo de uma primeira, logo no começo do amadurecimento da idéia do trator comunitário. Antes do trator, havia nessa primeira área um trabalho comunitário com bois de aração:

Quem conduziu praticamente a experiência dos bois foi a mesma comunidade que iniciou a discussão do problema do trator. Nós ficamos na frente de uma situação. Não sei se tentamos conscientizar ou contestar, questionar o problema de continuar ou não com o boi. O que há de fato é que eles, depois da experiência do boi, eles mesmos determinaram que era importante o trator por isso, isso e aquilo (agente padre).

Em cada área, os participantes, ao todo cem famílias aproximadamente, elegiam os responsáveis que, junto com dois "agentes leigos de pastoral", o agente padre e os responsáveis pelas outras áreas, formavam a coordenação do Movimento do Trator. Aos responsáveis de área cabia o controle das regras de utilização do trator, formuladas de acordo com critérios estabelecidos

pela Pastoral Popular:

Foram estabelecidas algumas regras sobre o direito de uso do trator, que podem ser mudadas conforme as situações. O trator pode ser usado: prioritariamente pelas pessoas que se responsabilizam pela caminhada de libertação; por quem possuir menos de vinte alqueires de terra; e pelos que não são proprietários. O pequeno proprietário que não participa ou é contra a caminhada de libertação pode ser servido uma ou duas vezes. Depois, o pessoal vai conversar com ele e, se continuar contra, não terá mais direito (agente padre).

Além dessas, outras muitas regras, relativas ao uso, foram estabelecidas: época e tempo de utilização, preço, ordem de inscrição etc.

O trator foi adquirido pela Pastoral Popular com recursos do exterior. Segundo o relator, por ser um serviço, o Movimento não pretendia lucrar com suas atividades, mas apenas manter o trator e pagar o tratorista e, para tanto, cobrava pela aração a metade do preço cobrado na praça. O Movimento manteve um tesoureiro e um assessor de tesoureiro para as tarefas administrativas e financeiras e, após fazerem o balancete anual, havendo dinheiro disponível, este seria, de acordo com o relatado, "entregue, da forma conveniente, à classe dos trabalhadores, para fortalecer sua organização". (agente padre)

O Movimento do Trator da Comunidade influenciou na vitória da chapa de oposição à diretoria pelega do sindicato de um dos municípios, chapa essa da qual participavam quatro elementos da coordenação do Movimento. Uma nota dessa chapa de oposição demonstrava a importância do Movimento na sua vitória, e também na luta dos posseiros do município que, a partir do trabalho do Movimento do Trator, teriam "ficado mais unidos na luta contra os grileiros e mais firmes na terra (... ) O Movimento também ajudou bastante a unir os posseiros com a chapa de oposição e com o Sindicato".

## **2. AS PROPOSTAS (IMPOSTAS?)**

Trataremos a questão da participação dos camponeses envolvidos nesses trabalhos da Pastoral Popular, atendo-nos particularmente à formulação e à condução das propostas. Estas, em todos os casos, foram geradas com a perspectiva de, a partir delas, ser superada uma situação econômica problemática enfrentada pelo grupo já constituído ou a ser formado para o trabalho.

As situações enfrentadas e as formas de contribuir para a superação daquelas situações podem ser assim organizadas:

### **- Quanto ao acesso à terra:**

- com as roças comunitárias de Goiás e do Mato Grosso, pretendia-se colocar terra à disposição de camponeses sem terra;

- e com as roças comunitárias do Mato Grosso e do Rio de Janeiro, e com o Movimento do Trator, pretendia-se dar condições materiais para que os camponeses permanecessem na terra.

**- Quanto aos resultados econômicos obtidos diante do trabalho investido na produção:**

- no Mato Grosso e no Rio de Janeiro, pretendia-se fornecer outros instrumentos de trabalho para que fosse aumentada a produtividade, sendo que no caso do Movimento do Trator almejava-se também romper com a exploração decorrente do aluguel do trator particular;

- a produtividade da atividade econômica seria também aumentada com a forma coletiva de organização do trabalho nas roças comunitárias do Mato Grosso e do Rio de Janeiro.

Todas as propostas de trabalho comunitário foram feitas por agentes da Pastoral Popular - padres ou camponeses. Apesar da iniciativa ter sido da Pastoral Popular, pressupunha-se que haveria adesão dos camponeses já que, para os agentes, o objetivo era a superação de problemas por eles enfrentados. Porém, nos projetos de roça comunitária que fracassaram, desde a fase de implantação já havia evidências da dificuldade de comprometimento dos camponeses com as propostas, apesar das muitas reuniões feitas para que fossem ouvidos. E no encaminhamento dessas duas experiências, mesmo com a evasão de camponeses e a forma conflituosa do desligamento de alguns, os trabalhos foram ampliados. Da mesma forma foram preservadas as proposições da Pastoral Popular de roça comunitária no Rio de Janeiro, apesar da resistência dos camponeses.

Neide Esterici analisou a incompatibilidade existente entre a forma camponesa de organização familiar para a produção e esses projetos de coletivização da terra, do trabalho e do produto, quando excluem a possibilidade de manutenção das roças familiares.<sup>37</sup> Essa incompatibilidade, atestada pela resistência dos camponeses quanto à proposta de roça comunitária do Rio de Janeiro e pelos problemas e resultados das roças comunitárias de Goiás e do Mato Grosso, não foi, contudo, impedimento para que alguns se envolvessem, mesmo que provisoriamente, nessas ações comunitárias.

Dos diversos itens que conformavam as três propostas de roça comunitária, alguns correspondiam à assistência material às famílias dos camponeses, tais como recursos para a sobrevivência até a colheita, possibilidade de utilização da terra para os que não a possuíam e recursos para a obtenção da propriedade da terra. Tais itens poderiam ter sido os fundamentos da participação dos camponeses nesses projetos. Nas roças comunitárias de Goiás e de Mato Grosso, a permanência de alguns parece estar vinculada ao fato de terem que repor aqueles recursos fornecidos por intermédio da Pastoral Popular. No Rio de Janeiro, a aceitação da proposta se deu com a perspectiva de

---

<sup>37</sup> Esterici, Neide - "Roças Comunitárias: projetos de transformação e táticas de resistência" - comunicação apresentada na Reunião da ABA, 1982, mimeo.

obtenção de recursos para o processo jurídico que garantiria a terra, o que só ocorreria caso se envolvessem também com o projeto de roça comunitária.

As propostas da Pastoral Popular feitas aos camponeses em cada caso, tratadas aqui ainda em termos estritamente econômicos, e os objetivos das famílias camponesas envolvidas nas ações comunitárias podem ser da forma esquematizada nas páginas 114 e 115, para demonstração dos diferentes objetivos dos interesses em jogo.

Nos três casos de propostas de roças comunitárias houve discordância e resistência dos camponeses frente às propostas da Pastoral Popular. Mas apesar das evidências da discordância que pudemos captar nos relatos, tais propostas foram mantidas nos termos colocados pela Pastoral Popular. No caso do Movimento do Trator não foi indicado ter havido resistência dos camponeses quanto à proposta, porém esta parece ter-se mantido tal qual havia sido formulada pela Pastoral Popular.

Em nenhum momento nos relatos, contudo, foi demonstrada a intencionalidade dessa imposição. Ao contrário, foi explicitado como forma de trabalho almejada o que Regina Novaes denomina de "método utilizado pelos agentes de pastoral",<sup>38</sup> ao tratar da colocação de Ivo Lesbaupin, quando este autor se refere aos "desenvolvimentos positivos" advindos do florescimento do movimento popular no interior da Igreja nos anos de maior repressão política no Brasil:

---

<sup>38</sup> Novaes, Regina - "Igreja e trabalhadores rurais na Paraíba Notas para discussão" - comunicação apresentada na Reunião da ABA, 1982, mimeo., p. 15.

|                                                |             |                                                                                                                                                      |                                                                          |                                                 |
|------------------------------------------------|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| AÇÃO COMUNITÁRIA                               |             | PROPOSTAS DA PASTORAL POPULAR                                                                                                                        | INTERESSES DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS                                       |                                                 |
| ROÇA COMUNITÁRIA DE GOIÁS                      | 1.º MOMENTO | COLETIVIZAÇÃO DO TRABALHO E FORNECIMENTO ATÉ A COLHEITA.                                                                                             | TRABALHO AGRÍCOLA E CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA ATÉ A COLHEITA.           |                                                 |
|                                                | 2.º MOMENTO | COLETIVIZAÇÃO DO TRABALHO, FORNECIMENTO ATÉ A COLHEITA, FIXAÇÃO DOS CAMPONESES NO PROJETO E PROPRIEDADE FAMILIAR DE PARCELA DA TERRA EM 3 OU 4 ANOS. | FORNECIMENTO ATÉ A COLHEITA, PROPRIEDADE DA TERRA E TRABALHO FAMILIAR.   |                                                 |
|                                                | 3.º MOMENTO | COLETIVIZAÇÃO DO TRABALHO, FORNECIMENTO ATÉ A COLHEITA, NÃO MAIS A PROPRIEDADE FAMILIAR DA TERRA, E PAGAMENTO DE 10% DA PRODUÇÃO PARA A ENTIDADE.    | FORNECIMENTO ATÉ A COLHEITA, PROPRIEDADE DA TERRA E TRABALHO FAMILIAR.   |                                                 |
| ROÇA COMUNITÁRIA NO MATO GROSSO                |             | COLETIVIZAÇÃO DO TRABALHO E FORNECIMENTO ATÉ A COLHEITA                                                                                              | PEQUENOS PROPRIETÁRIOS                                                   | CAMPONESES SEM TERRA                            |
| PROPOSTA DE ROÇA COMUNITÁRIA NO RIO DE JANEIRO | 1.º MOMENTO | USUCAPIÃO COLETIVO COM RECURSOS DA PASTORAL POPULAR, COLETIVIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA.                                                          | FORNECIMENTO ATÉ A COLHEITA E MELHORIA NA PRODUÇÃO                       | TRABALHO AGRÍCOLA E FORNECIMENTO ATÉ A COLHEITA |
|                                                | 2.º MOMENTO | USUCAPIÃO COLETIVO COM RECURSOS DA PASTORAL POPULAR, COLETIVIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA, DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO.                               | GARANTIA DO CONTROLE FAMILIAR DA TERRA COM RECURSOS DA PASTORAL POPULAR. |                                                 |
| TRATOR COMUNITÁRIO EM GOIÁS                    |             | COLETIVIZAÇÃO DO CONTROLE E DO ACESSO AO TRATOR, E USO DOS SERVIÇOS PELA METADE DO PREÇO COBRADO NA PRAÇA.                                           | SERVIÇOS DO TRATOR PELA METADE DO VALOR COBRADO NA PRAÇA.                |                                                 |

Os agentes que deram impulso à pastoral popular não levavam propostas políticas prontas, não levavam palavras de ordem nem programas partidários. Com isso, a pastoral deu mais vez ao poder criador dos grupos populares. Os agentes se preocuparam em aprender com o povo, valorizando o saber popular, procurando que o trabalho de base fosse cada vez mais assumido e dirigido pela própria base. Em suma, *a pastoral popular favoreceu e incentivou a autonomia das organizações populares* (desde as comunidades de base até a oposição sindical). Por outro lado, a utilização de um instrumental científico de análise da realidade se tornou cada vez mais comum. A pastoral popular deu importância não apenas à teoria já formulada, mas também à teoria que nasce da prática. Entre outros elementos surgidos da prática, podemos apontar: a importância de a direção ser assumida pela própria base, a afirmação de que a ciência não é levada de fora para dentro da massa, e toda a discussão sobre o papel do intelectual nos trabalhos populares. (grifos do autor, I.L.)<sup>39</sup>

<sup>39</sup> Lesbaupin, Ivo - "A Igreja Católica e os movimentos populares urbanos", in *Religião e Sociedade*, Tempo e Presença Ed., n f 5 (junho de 1980), pp. 189-198.

A postura de os agentes, na ação comunitária de promoção social "aprenderem com o povo" e respeitarem suas iniciativas foi frisada pelos agentes:

Devemos apoiar o que em cada região o povo considera necessidade. (agente padre de Goiás)<sup>40</sup>.

Para o entendimento da relação dos agentes da Pastoral Popular com os camponeses participantes das ações comunitárias, a questão que se coloca é a seguinte: por que são mantidas pelos agentes propostas não adequadas aos interesses dos camponeses, se sua anunciada postura quanto ao relacionamento com os camponeses preconiza o inverso? Já que os camponeses apontam problemas quanto à forma e aos resultados das ações comunitárias propostas, quais as razões da não percepção ou mesmo da desvalorização dessas evidências?

Para a reflexão sobre a relação da Pastoral Popular com os camponeses nesses quatro casos de propostas de ação comunitária, diferenciando seus agentes (agentes padres e agentes camponeses), a partir daquelas questões outras se colocam. Havendo uma homogeneidade do discurso dos agentes quanto à valorização do "método de trabalho", e a incidência da manutenção das propostas de ação comunitária em todos os casos, haveria unicidade no discurso dos agentes da Pastoral Popular quanto aos objetivos da ação comunitária? Que implicações a idealização do trabalho comunitário teria sobre a avaliação do cumprimento ou não do "método de trabalho" valorizado pelos agentes?

Pretendemos abordar essas questões a partir do discurso dos agentes, enfocando o objetivo político-pedagógico central das experiências: a conscientização.

### **3. O MODELO E A MISSÃO**

Notamos que, quanto à colocação dos objetivos político pedagógicos das propostas de ação comunitária, o discurso dos agentes padres e dos agentes camponeses basicamente não foi diferenciado. Nesta parte, usaremos indistintamente o relato dos agentes padres e agentes camponeses para já irmos demonstrando a homogeneidade percebida que, na parte 4, avaliaremos refletindo sobre o papel que exerce na relação da Pastoral Popular com os camponeses participantes das ações comunitárias.

Todos os projetos de ação comunitária, além da tentativa de proporcionar melhores condições de vida e trabalho aos camponeses, encerram, em sua formulação, explicitamente, objetivos político-pedagógicos. A análise desses objetivos contribui para o esclarecimento das razões pelas quais as propostas são mantidas pelos agentes, e também dos pressupostos e intenções que

---

<sup>40</sup> Indicaremos o agente padre da experiência de roça comunitária de Goiás como "agente padre de Goiás", e o do Movimento do Trator da Comunidade, também de Goiás, como "agente padre do Movimento do Trator".

concorrem para sua própria formulação.

As expectativas dos agentes com relação às ações comunitárias aparecem, por exemplo, na diferenciação dos projetos de roça comunitária do mutirão:

São experiências de trabalho totalmente diferentes e não há termos de comparação. O mutirão é tradicional e acontece esporadicamente. A roça comunitária exige uma organização maior e tem sempre uma visão política, um objetivo maior: além da melhoria da produção, também uma transformação, um trabalho que leve a uma mudança. (agente padre do Mato Grosso)

E quanto ao Movimento do Trator:

... o trator está a serviço da libertação. (agente padre do Movimento do Trator)

A categoria "conscientização" pode ser identificada no discurso dos agentes como aquela que expressa mais significativamente os objetivos políticos das ações comunitárias.

Para os agentes, o processo de conscientização deveria começar antes da instalação dos projetos comunitários:

Desde o início, antes do trator chegar, já tinha esses encontros baseados numa conscientização do pessoal sobre sua finalidade e utilidade (agente padre do Movimento do Trator).

Então nós resolvemos trabalhar mais em cima disso, conscientizar melhor o pessoal pra poder se fazer esse tipo de trabalho. (agente camponês do Rio de Janeiro)

E o fracasso das experiências muitas vezes é explicado pela ausência do processo de conscientização:

De fato, as famílias que entravam lá recebiam tudo: terra e financiamento até a colheita. Elas porém não se deram conta bem do que estava acontecendo. Faltou um pouco de conscientização deles (agente padre de Goiás).

Faltou justamente a coisa mais necessária para esse povo: a conscientização desse pessoal na área. Não conscientizaram esse pessoal pra esse tipo de trabalho. Um trabalho assim precisa de muita conscientização (agente camponês do Rio de Janeiro).

Não são feitas referências concretas às transformações mais globais da sociedade que seriam estimuladas com o processo de conscientização. Mas é explicitada, pelos agentes padres, a intenção de se atingir essa transformação, referida como "libertação". Para alcançá-la, os agentes padres sempre enfatizam as mudanças individuais:

Essa libertação também inclui uma libertação espiritual, que é quando o sujeito consegue superar a limitação dele próprio e se lançar mais no coletivo (agente padre do Mato Grosso).

Pastoralmente, a gente está preocupado com tudo. Então, com o tipo de escravidão ligado a uma estrutura, mas também com os vícios próprios que cada pessoa tem, e que apontei como um dos fatores que fez fracassar a experiência de roça comunitária (agente padre de Goiás).

A mudança espiritual dos indivíduos é pensada como condição para a transformação

almejada da realidade social. Nos moldes das individuais, essas transformações sociais são também constituídas por dimensões religiosas:

São Paulo disse: a letra mata e o espírito vivifica. Nós andamos muito na lei, no papel, e não se faz reformas de estrutura sem o espírito que dê vida (agente padre de Goiás).

As ações comunitárias são experiências político-religiosas modelares. Por um lado, são percebidas como uma forma pela qual cada indivíduo pode vivenciar transformações espirituais, especialmente as do individualismo egoísta e do apego às coisas materiais. Por outro lado, tendo os indivíduos nelas envolvidos passado também por um processo de conscientização, tais ações tendem a expandir-se, através da atuação de seus participantes em outras esferas da vida social, ou pela criação de ações comunitárias nos moldes da original.

Essa concepção "reprodutora" da ação comunitária se evidencia tanto pelos encaminhamentos das experiências, quanto pela valorização ou idealização de algumas de suas características por parte dos agentes.

Na roça comunitária de Goiás, a experiência foi ampliada a partir da conformação do primeiro grupo de trabalho. Na do Mato Grosso, outros grupos também foram formados, o que era objetivo formulado desde o início da ação comunitária:

A proposta era de que esse grupinho fosse trabalhando direitinho, e então se formaria outro, que formaria outro, depois outro... Mas isso não se deu (agente padre de Mato Grosso).

No surgimento do Movimento do Trator Comunitário, já se pretendia que fosse ampliado. E a valorização da participação de indivíduos do Movimento na chapa de oposição do sindicato de um dos municípios atendidos pelo Movimento aponta outra forma de se pensar transformações sociais a partir da ação comunitária:

Dos doze elementos da chapa de oposição, sabe quantos da coordenação do Movimento? Quatro! Escolhidos pelo povo para serem elementos da chapa. Mediante o Movimento, o pessoal despertou mais (agente padre do Movimento do Trator).

E, para o agente camponês do Rio de Janeiro, com a constituição da experiência, os camponeses partiriam para a sensibilização de outros:

... se juntar vinte homens em vinte alqueires de terra, eles podem dar conta de trabalhar só seis horas por dia. (...) Um homem tem que ter o seu tempo pra lazer, tempo pra ir na casa do companheiro falar, fazer com que ele entenda o trabalho que nós estamos fazendo junto à comunidade e outras coisas que são necessárias na nossa vida (agente camponês do Rio de Janeiro).

Centraremos agora nossa reflexão em algumas das características valorizadas das ações comunitárias, que concorreram para as transformações sociais nos termos colocados pela Pastoral

Popular.

### **Democracia:**

A democracia, em oposição ao sistema político dominante, é valorizada e concebida como característica constitutiva dessas ações comunitárias modelares. As referências constantes à participação democrática dos camponeses nessas ações, enfatizando a ausência de controle e de iniciativas da Pastoral Popular, encobrem a possibilidade de questionamento das relações políticas estabelecidas entre agentes de Pastoral popular e os camponeses.

No modelo de ação comunitária, os camponeses participam da escolha da liderança e da coordenação dos trabalhos:

Cada área escolheu livremente seus coordenadores responsáveis. (agente padre do Movimento do Trator)

Não haveria, nessas experiências, imposição de encaminhamentos ou controle do processo de tomada de decisões:

Tudo, tudo discutido em reuniões (agente padre do Movimento do Trator).

Nas roças comunitárias de Goiás e do Mato Grosso, foi indicada a participação dos camponeses na elaboração da forma de pagamento do empréstimo feito por intermédio da Pastoral Popular no começo da experiência:

Isso aqui tudo foi discutido com o grupinho que ia começar. (agente padre do Mato Grosso)

E a própria forma do relato do Movimento do Trator fora escolhida com membros da coordenação:

Nós reunimos a coordenação do trator e organizamos os pontos importantes para poder dizer a vocês o que está acontecendo lá. (...) Eles mesmos exprimiram as coisas que falei. (agente padre do Movimento do Trator)

### **Igualdade:**

Outra característica do modelo de ação comunitária é a igualdade. Seria uma regra de relacionamento social a ser difundida, tal como a democracia, em oposição à do sistema envolvente. Essa regra moldaria, de um lado, a relação "horizontal" dos agentes da Pastoral Popular com os camponeses, e, de outro, a sua percepção dos camponeses como "todos iguais" perante a Pastoral Popular.

Quanto à relação "horizontal", no limite, teria sido atualizada na inserção de um agente padre, "em igualdade de condições", no trabalho produtivo de uma roça comunitária junto com os

camponeses:

A minha participação nesse trabalho era trabalhar igual, em igualdade de condições dos outros lavradores. Só que tinha que me dividir entre o trabalho da roça e os trabalhos pastorais e em reuniões. Então, muitas vezes eu tinha que sair para atender à região toda. Mas quando eu estava, estava dentro do serviço. Eu recebia de acordo com os dias que tinha trabalhado (agente padre do Mato Grosso).

Também estaria evidenciada no acesso indiferenciado ao controle e direção das ações comunitárias, como se enfatizou no caso do Movimento do Trator, no qual a coordenação estaria composta por responsáveis pelas áreas, dois "agentes leigos de pastoral", e o agente padre.

Em oposição às regras do sistema dominante, a proposta do tratamento indiferenciado dos camponeses envolvidos nas ações comunitárias é demonstrada, para os agentes, na possibilidade generalizada de participação, em todos os níveis, e sem discriminação, da organização dos trabalhos:

A turma pensou: dado que o trator não é de ninguém, é de todos nós, não podemos tratar o tratorista como dependente, mas como um de nós, para evitar a dependência do sistema capitalista. Nenhum de nós é patrão e todos somos responsáveis pelo trator. Então, o tratorista participa na coordenação e também como recompensa recebe uma porcentagem do valor líquido do que entra cada mês<sup>41</sup> (agente padre do Movimento do Trator).

A igualdade valorizada pelos agentes do tratamento dos camponeses refere-se também ao direito aos serviços que a ação comunitária proporciona. Ainda no caso do Movimento do Trator, um detalhado relato foi feito a respeito da forma pela qual um só trator poderia atender a cerca de cem famílias de modo que nenhuma delas fosse privilegiada ou prejudicada. E nos três casos de proposta de roça comunitária, os camponeses participantes estariam em igualdade de condições perante a Pastoral Popular. Na roça comunitária de Goiás, todos sem terra tiveram a mesma oportunidade de obter empréstimos através da Pastoral Popular e foram remunerados também igualmente pelo trabalho investido. Na roça comunitária do Mato Grosso, o modelo de participação igualitária que moldou a experiência havia envolvido pequenos proprietários e camponeses sem terra, indiscriminadamente:

A terra é um bem comum. Então, o sócio que tem terra coloca à disposição e não recebe nada pelo uso dela (...). Poderia participar desse grupo quem fosse proprietário e quem não fosse. O que valeria seria o trabalho, cada um recebendo de acordo com o que trabalhou (agente padre do Mato Grosso).

No Rio de Janeiro, inicialmente fora proposta a obtenção da propriedade da terra sem demarcação das áreas individuais. Posteriormente a Pastoral Popular propôs a utilização coletiva da terra e a igualdade de condições para a obtenção do fornecimento e de remuneração do trabalho investido. E o agente colocou a situação a ser instaurada idealmente:

Se nós temos uma roça comunitária, e alguém tem mais dinheiro, pra que ficar com ele em casar. Tem que botar numa conta conjunta e, quando alguém precisar, aí reúne o pessoal e discute e vê quanto e preciso. Ninguém vai dizer que não porque aquilo é de todos. E se tem que tirar, vai ser naquele limite que cada qual sabe que toca pra ele (agente camponês do Rio de Janeiro).

Essa demonstração insistente, por parte dos agentes, da valorização da igualdade poderia, contudo, estar também diluindo a possibilidade de percepção das formas através das quais os agentes da Pastoral Popular, ocupando posições distintas das que têm os camponeses, exercem algum tipo de controle na organização ou encaminhamento das experiências.

### **Conscientizar:**

Democracia e igualdade são, para os agentes, um misto de valores e regras. O modelo, perseguido e valorizado, confunde-se com as regras da ação concreta. A supervalorização desses e de outros aspectos idealizados coloca a avaliação da ação comunitária em um nível formal. E essa operação tem como pressuposto uma intenção *a priori* concebida como boa e legítima, que "purifica" e legitima as propostas da Pastoral Popular, calcada que está numa percepção da ação da Pastoral Popular como missão.

A conscientização pensada pelos agentes padres como missão da Pastoral Popular para a transformação social supõe também mudanças espirituais, cujo sentido e conteúdo só poderiam ser apontados por aqueles que detêm o saber político-religioso, ou que possuem autorização para falar em nome da instituição que o detém. O conhecimento, pelos agentes, da forma ideal das relações e práticas dos indivíduos, das quais os camponeses seriam conscientizados, é o referencial para a percepção e análise das relações e práticas apresentadas pelos camponeses. E as inadequações a esse modelo são associadas ao modelo oposto ao ideal, que vem a ser a sociedade capitalista na qual estariam envolvidos os camponeses. Desse modo, suas formas de organização social e de trabalho, bem como a maneira pela qual percebem a realidade e formulam maneiras de enfrentá-la, são julgadas pelos agentes com relação ao modelo construído, e associadas, e até mesmo explicadas, pela sociedade envolvente que deve ser superada:

Acontece que o sistema em que o cara foi criado, e que está vivendo nele até hoje, é o que o mundo oferece. É ser patrão, possuir um carro, colocar o filho formado, de doutor, advogado, qualquer coisa. O ideal de toda pessoa na minha região é esse (agente camponês de Goiás).

"Individualismo", "egoísmo" e "ideologia dominante" são expressões comumente utilizadas nas avaliações da resistência dos camponeses às propostas da Pastoral Popular.

A não adesão dos indivíduos à prática e aos objetivos da Pastoral Popular é pensada como

---

<sup>41</sup> Na época de safra, o tratorista recebe esse percentual. Durante o resto do ano, recebe o salário mínimo.

negação dos valores político-religiosos que seriam necessários para a mudança almejada ocorrer. Assim, os agentes se referem à ausência de consciência ou a uma "conscientização ao contrário" quando não há uma sensibilização do indivíduo, ou existe mesmo um descomprometimento assumido frente às propostas da Pastoral Popular:

Acho que faltava ao pessoal que participou dessa experiência uma consciência política, moral e religiosa." (agente padre de Goiás).

As diferenças de consciências podem ser por causa de formações ou deformações de consciência dos que não se preocupam com a situação. Esses não têm consciência, ou porque não conhecem a coisa, ou porque não a aceitam. Quando se trata de formação de consciência, de conscientização, deve-se entrar na caminhada. Isso porque houve uma transfusão dos princípios, da vitalização dos que estavam na luta para outras famílias que entraram nessa caminhada depois da conscientização (agente padre do Movimento do Trator).

A adesão à "caminhada" é pensada como condição necessária para a participação na luta; e a consciência dos que aderem é pensada como constituída tal qual a dos que já estariam envolvidos nos trabalhos da Pastoral Popular.

Sendo os agentes envolvidos em ações comunitárias portadores das propostas que norteiam esses trabalhos, muitas vezes expressam uma tendência a falar pelos outros camponeses participantes. Ao que parece, partem do pressuposto de que os autorizaria a falar pelos demais, que os que aderiram às propostas teriam internalizado também os objetivos dos agentes e a sua maneira de analisar a realidade:

Estamos caminhando. Já temos uma coisa positiva, em função da organização do povo, da conscientização. Porque além de uma ajuda também material, o problema colocado pelo povo é conscientizar, unir a classe de modo que o pessoal se sentisse mais unido, sobretudo o pequeno proprietário que todo mundo sabe que é muito egoísta, isolado com as suas coisinhas (agente padre do Movimento do Trator).

Quando se pensa em conscientizar, está se pensando em imputar aos indivíduos formas de pensamento e relacionamento semelhantes às idealizadas como necessárias para a prática transformadora. A análise da eficácia da ação comunitária é centrada na avaliação dessas formas de pensamento e relacionamento idealizadas, incluindo-se, nesses casos de ação comunitária, as relativas à atividade produtiva. E, avaliadas também com esses referenciais, as formas concretas de pensamento e relacionamento do campesinato são a negação do modelo proposto: ao mesmo tempo vazias de significado e repletas de características a serem transformadas.

#### **4. AGENTE CAMPONÊS: AGENTE OU CAMPONÊS?**

Da roça comunitária de Goiás e da proposta do Rio de Janeiro, participam camponeses que, durante o desenvolvimento das experiências de ação comunitária, também assumiram as propostas da Pastoral Popular e a condução do processo de conscientização. Como os outros agentes,

posicionam-se apostando no sentido político-pedagógico das experiências e se concebem como responsáveis pelo seu encaminhamento.

A condição de agente camponês foi descrita:

Se o indivíduo é lavrador, já está ligado na turma dele. Ele está convivendo no meio do pessoal, lá na base, diretamente na base (...). Ele deve pensar como lavrador e como agente de pastoral. (agente camponês do Rio de Janeiro)

Essa dupla condição do agente camponês é pensada pelos outros agentes como necessária para que os trabalhos da Pastoral Popular correspondam e atendam, ao máximo, aos interesses dos camponeses, cabendo ao agente camponês "traduzi-los" para a Pastoral Popular. Mas, se para os outros agentes eles são camponeses, os outros participantes das ações comunitárias parecem vê-los, nos trabalhos, como agentes, pelo fato de reproduzirem o discurso e as propostas da Pastoral Popular.

Os agentes camponeses diferenciam a si próprios, de um lado, dos outros agentes não camponeses da Pastoral Popular com os quais trabalham, e, de outro, dos camponeses que não se responsabilizam pelo encaminhamento desejável ou que não aderiram às ações comunitárias propostas. Essa posição diferenciada fica clara quando é colocado pelos agentes camponeses o "nós" da Pastoral Popular, no qual se incluem, e o "eles", outros camponeses. Por outro lado, falam também "nós" referindo-se a eles próprios mais os outros camponeses participantes quando, por exemplo, referem-se às condições de vida ou a problemas enfrentados por todos:

*Eles* (grileiros) viram que *a gente* não se incomodou com os dois pedacinhos de cerca distantes um do outro (agente camponês do Rio de Janeiro).

Nos contextos de relacionamento dos camponeses com a Pastoral Popular, o significado do "nós" e do "eles" é constantemente modificado. Ao se referir ao processo de discussão da proposta de roça comunitária, quando os outros camponeses anunciaram que estavam desistindo do projeto, o agente camponês do Rio de Janeiro coloca:

*Nós* (camponeses) estamos nesse caminho. Então, *começamos* (camponeses) a discutir o assunto, e estava tudo certo. *Nós* (camponeses) entramos cada qual com seu dinheiro, porque sem o capital nada feito. *Eles* (camponeses) só se reuniam *comigo*, mas *nós* (camponeses) tínhamos uma reunião com a *pastoral* justamente pra tratar disso. Então *nós* (Pastoral Popular) tivemos uma grande surpresa sobre o assunto. (...) Antes disso *eu* ouvi uma conversa, mas *eles* (camponeses) não conversavam *comigo*. (...) Quando é no dia da *nossa* reunião, e *a gente* quase que fechava o esquema pra adquirir a terra, os *homens* (camponeses) vieram com a tal surpresa. Então, *começamos* o bate-papo. Então *disseram* (camponeses): "Olha, não queremos". E *nós* (Pastoral Popular) achamos estranho, porque tudo já estava tão seguro ..."<sup>42</sup> (agente camponês do Rio de Janeiro)

---

<sup>42</sup> O conteúdo das categorias "nós" e "eles", estando ou não em oposição explícita ou implícita, pode ser assim colocado, seguindo a ordem na qual aparecem nesse fragmento do relato:

O agente camponês de Goiás, do mesmo modo, em contexto em que trata da relação da Pastoral Popular com os outros camponeses, tende a usar o "nós" e o "eles" também com significados variados:

*Eles* (camponeses) sempre iam ao contrário de *mim*, porque quando acontecia uma reunião que *a gente* colocava os pontos positivos e negativos, a *gente* (Pastoral Popular) apoiava de ficar com a terra sem divisão, (...) *da gente* (camponeses) ter a participação na terra e a terra ficar no nome da entidade mesmo<sup>43</sup> (agente camponês de Goiás).

Podemos perceber que nessas duas situações em que estão em relação à Pastoral Popular, o agente camponês, e os outros camponeses, o "nós" falado corresponde ao agente camponês mais os outros camponeses em oposição a "eles" Pastoral Popular; ou ao agente camponês mais a Pastoral Popular em oposição a "eles" outros camponeses. Essa dupla utilização da oposição "nós" *versus* "eles" indica que os agentes camponeses se concebem pertencendo ora a um ora a outro grupo em relação (camponeses e Pastoral Popular).

Contudo, quando a categoria "eu" é acionada, nesse mesmo contexto em que se trata da relação da Pastoral Popular com os camponeses, ela se opõe a "eles" outros camponeses, e nunca a "eles" Pastoral Popular. Assim, temos a indicação de que, na relação apontada, os agentes camponeses não se diferenciam da Pastoral Popular, porém fazendo-o quanto aos outros camponeses.

---

*nós* - agente camponês + outros camponeses

*nós* - agente camponês + outros camponeses

*nós* - agente camponês + outros camponeses

*eles* - outros camponeses x eu - agente camponês

*eu* - agente camponês x eles - outros camponeses

*nós* - agente camponês + outros camponeses x eles - Pastoral Popular

*eles* - Pastoral Popular x nós - agente camponês + outros camponeses

*nós* - agente camponês + Pastoral Popular x eles - outros camponeses

*eu* - agente camponês x eles - outros camponeses

*eles* - outros camponeses x eu - agente camponês

*eu* - agente camponês x eles - outros camponeses

*nós* - agente camponês + Pastoral Popular + outros camponeses ou agente camponês + Pastoral Popular x eles - outros camponeses

*nós* - agente camponês + Pastoral Popular + outros camponeses ou agente camponês + Pastoral Popular x eles - outros camponeses

*eles* - outros camponeses x nós - agente camponês + Pastoral popular ou outros camponeses x eu - agente camponês

*nós* - agente camponês + Pastoral Popular + outros camponeses ou agente camponês + Pastoral Popular x eles - outros camponeses

*eles* - outros camponeses x nós - agente camponês + Pastoral popular

*nós* - agente camponês + Pastoral Popular x eles - outros camponeses.

<sup>43</sup> Da mesma forma, assim pode ser exposto o conteúdo das categorias "nós" e "eles":

*eles* - outros camponeses x eu - agente camponês

*eu* - agente camponês x eles - outros camponeses

*nós* - agente camponês + Pastoral Popular + outros camponeses ou agente camponês + Pastoral Popular x eles - outros camponeses.

*nós* - agente camponês + Pastoral Popular x eles - outros camponeses

*nós* - agente camponês + outros camponeses.

Importa também apontar como esses agentes camponeses pensam o fato de terem assumido durante os trabalhos as propostas de ação comunitária apesar da resistência dos outros camponeses. Os agentes camponeses tendem a tratar da argumentação dos outros participantes como não sendo sua, e o que justifica a manutenção da proposta, além das melhorias materiais, são justamente as transformações que seriam geradas nas formas atuais de pensar e agir dos participantes, o que estaria obstaculizando a plena aceitação da proposta. Assim, o que atrapalharia a adesão à proposta feita seria justamente o que deveria ser mudado com a ação comunitária:

Se o companheiro recebe a terra, pensa: “Agora eu já tenho a terra”. Em vez de pensar em outro companheiro que não tem terra, ele vai pensar: ‘Não, agora eu vou melhorar.’ E ele procura dividir. Isso é o que reina na cabeça da maior parte dos lavradores, que são as pessoas mais sofridas, mas que têm um nível de consciência mínimo (agente camponês de Goiás).

Ao serem tratadas as intenções dos camponeses de trabalharem e obterem a terra individualmente, e sua resistência quanto às propostas da Pastoral Popular, é apresentada a dupla eficácia das ações comunitárias: a econômica e a política. Contudo, o que justifica a adesão dos agentes camponeses a uma proposta, que mesmo a nível econômico não é concebida como adequada pelos outros camponeses, é principalmente a defesa dos objetivos político-pedagógicos nela contida. Ocorre, inclusive, que questões de ordem econômica, relativas, por exemplo, à organização do trabalho coletivo da roça comunitária, sejam por eles tratadas e resolvidas com a passagem da argumentação para o nível dos ganhos políticos decorrentes da instalação da experiência comunitária e do processo de conscientização.

Assim, após haver indicado que os outros camponeses tinham questionado o fato de que um poderia trabalhar mais que os outros na roça comunitária, foi perguntado ao agente camponês do Rio de Janeiro se isso não seria um problema que apareceria ao longo da experiência, ao que respondeu:

Não, não vai ser pelo seguinte: o nosso motivo lá de nós fazermos a roça comunitária é pra trabalharmos menos e não mais do que estamos trabalhando, porque se nós trabalharmos oito horas por dia, vamos passar a trabalhar seis horas por dia, porque nós precisamos conversar com os companheiros, andar. Se você trabalhar dez horas por dia, você vai ter tempo só para o trabalho, não vai ter tempo pra falar com um companheiro de outra área... Nós cobramos, não é trabalhar desarrazado, é trabalhar arrazado e ter tempo pra fazer as coisas (agente camponês do Rio de Janeiro).

Para a formulação desses objetivos, são negadas ou desvalorizadas as formas através das quais os camponeses se organizam para produzir e se relacionar, o que seria transformado com sua participação nas ações comunitárias através do processo de conscientização. E valoriza-se um tipo de consciência a ser incorporado por aqueles que seriam conscientizados:

O povo que reclama da falta de liberdade quando se está tentando uma roça comunitária ou um trabalho coletivo não sabe o que é liberdade. Porque não se compara direito essa falta de liberdade com a falta de liberdade de trabalhar para o patrão. Tem que se fazer uma reformulação nessa idéia de liberdade que o povo tem (agente camponês do Rio de Janeiro).

Comparando-se o discurso dos agentes padres com o dos agentes camponeses, percebe-se que a desvalorização da "consciência" e aspirações dos camponeses é mais enfática e explicitada pelos agentes camponeses. Os pressupostos apontados na formulação de um trabalho de conscientização, muitas vezes implícitos no discurso dos agentes padres, são frequentemente acionados e enfatizados pelos agentes camponeses na caracterização das ações comunitárias.

Ao ser marcada a desvalorização da consciência dos camponeses, e supervalorizados os objetivos políticos das ações comunitárias, os agentes camponeses tentam reforçar sua posição de agentes, dado o fato de, no contexto em que os relatos são feitos, tal posição lhes ser conveniente. Mas conveniência semelhante certamente foi experimentada no contexto de relacionamento direto dos agentes da Pastoral Popular com os camponeses participantes das ações comunitárias, como mostramos, dada sua função de responsáveis também pela veiculação e encaminhamento das propostas da Pastoral Popular.

O pertencimento do camponês aos quadros da Pastoral Popular pressupõe sua aceitação por parte dela. Esse pertencimento, por sua vez, está condicionado à percepção, por parte dos outros agentes da Pastoral Popular, do camponês a ser agente como "conscientizado" ou, ao menos, potencialmente "conscientizável", já que ao agente cabe possuir a "consciência" dos problemas dos camponeses e da forma de resolução destes, e também a "consciência" da ausência de consciência dos que serão conscientizados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas considerações podem ser feitas a partir do que foi visto neste trabalho, sem se pretender esgotar as possibilidades de investigação. Mais que conclusões, seriam indicações que poderiam contribuir para a compreensão do relacionamento da Pastoral Popular com os camponeses.

Tínhamos partido, implicitamente, no início do tratamento do material, da definição de "agente" formulada por Ivo Lesbaupin: "Chamamos 'agentes' às pessoas que colaboram com a Pastoral Popular, com o movimento popular, embora sem ser oriundas das classes populares (são os 'intelectuais', pessoas provenientes, em geral, da classe média, sejam padres, freiras ou leigos)."<sup>44</sup> Essa definição, contudo, parece não dar conta de elementos que podem contribuir para a

---

<sup>44</sup> Lesbaupin, Ivo - "A Igreja Católica e os Movimentos Populares Urbanos", in *Religião e Sociedade*, Tempo e

compreensão dos casos estudados, e também, talvez, de outras experiências da Pastoral Popular.

A Pastoral Popular enquanto movimento institucional da Igreja Católica de relacionamento com as classes populares, possui seus agentes que, mais que colaboradores, são os responsáveis pelas práticas concretas da Pastoral Popular. Essa responsabilidade constitui a própria identidade dos agentes: assim são percebidos pelos outros participantes, pela hierarquia, e assim se vêem. São aqueles que "agem", e que, de uma forma ou de outra, respondem pelos trabalhos da Pastoral Popular.

Essa atribuição, por outro lado, recai também sobre elementos advindos das classes populares, o que tentamos demonstrar na parte quatro. A condição de agente camponês foi manifestada tanto pelo fato de terem assumido como seus, prática e idealmente, os objetivos formulados também por outros agentes da Pastoral Popular, como por ter sido indicada no seu discurso a identidade preferencial com a Pastoral Popular no contexto de relação desta com os outros camponeses.

Uma outra observação poderia ser feita quanto ao tratamento indiferenciado dos agentes padres e leigos. Parece-nos que as posições institucionais dessas duas categorias de agentes são bem diferentes, e que essa distinção reflete-se na prática de cada uma, a nível tanto da legitimidade de sua atuação frente aos outros participantes, quanto do espaço de atuação consentido pela hierarquia. Além disso, mesmo a formação intelectual dos agentes padres parece possuir uma especificidade que deve ser demarcada. Inclusive, para a compreensão do sentido que atribuem à própria Pastoral Popular, há que se levar em conta os valores religiosos que, pela própria opção existencial de evangelização, norteiam de maneira particular seu pensamento.

Nas ações comunitárias analisadas, percebemos a dificuldade dos agentes da Pastoral Popular de avaliarem suas práticas com os camponeses, mesmo quando estas se distanciam das realizações idealizadas de início: superação de problemas econômicos, participação igualitária e democrática e conscientização dos participantes. Parece-nos que essa dificuldade de avaliação vincula-se a duas questões que tentamos abordar nesse trabalho.

A primeira diz respeito aos pressupostos que conformam a idéia de conscientização. Quando os agentes da Pastoral Popular assumem a tarefa de conscientizar, tendem a pensá-la tal como missão de evangelização, na qual haveria alguma verdade substantiva a ser anunciada para os camponeses que não a detêm. Assim, essa verdade ou é aceita ou não é. Esse pressuposto molda a relação dos agentes da Pastoral Popular com os camponeses, na medida em que o que é expressado pelos camponeses, ou é valorizado por corresponder ao proposto pela Pastoral Popular, ou é

desvalorizado por não corresponder e percebido como campo para desenvolvimento da conscientização. A relação dos agentes com os camponeses tende a ser uma relação desigual e não questionada nos trabalhos, pois qualquer elemento que a questione pode ser identificado como a "não consciência" ou como a "consciência ao contrário", sendo o referencial a "verdade consciente" dos agentes. Assim, o ponto de vista dos camponeses acaba por ser visto como inocente, alienado ou egoísta, quando estes estão simplesmente anunciando seu ponto de vista. E as possibilidades de "troca de saberes" se diluem na imputação de um saber já preconcebido como superior.

A outra questão refere-se à posição dos agentes camponeses nesses trabalhos da Pastoral Popular. Esses agentes, oriundos das classes populares, tendem a perceber a si próprios como agentes na relação dos outros camponeses com os outros agentes. A diferenciação dos outros camponeses parece ser elemento fundamental para a legitimação dessa posição de agente, e se expressa tanto na reprodução do discurso dos agentes padres quanto na radicalização da desvalorização das formas de pensamento e organização dos camponeses. Porém, os outros agentes tendem a considerá-los como camponeses. Essa percepção pode fazer com que considerem o ponto de vista dos agentes camponeses como o dos próprios camponeses, sem se darem conta de que, dada a ambigüidade de sua posição, talvez estejam adequando seus posicionamentos à possibilidade de manutenção de sua condição de agentes camponeses. Como decorrência, os agentes da Pastoral Popular correm o risco de avaliar sua relação com os camponeses tomando como referencial a que estabelecem com os agentes camponeses. Assim, a Pastoral Popular pode estar "falando para ela própria" e "relacionando-se consigo mesma", o que impede uma avaliação realista de sua prática.

Essas últimas considerações, bem como as próprias reflexões contidas neste trabalho, constituem nada mais do que uma tentativa de não somente compreender as atividades da Pastoral Popular, mas também de contribuir para com a Pastoral Popular na difícil tarefa de avaliação das suas práticas políticas.